

PROJETO DE ACESSIBILIDADE AS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO PARQUE ESTADUAL DE VILA VELHA (PR)

GUIMARÃES, Adilson Rocha¹
FERREIRA, Márcia Valéria (professor)²
KANNING, Rodrigo César³

RESUMO

O referido artigo tem como objetivo apresentar a elaboração de um projeto de adaptação de acessibilidade no Parque Estadual de Vila Velha (PR), a fim de beneficiar o maior número de pessoas, em especial às pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida. No referido trabalho procurou-se destacar: acessibilidade, pessoas com deficiência e a relevância do turismo inclusivo para o atrativo turístico. O produto deste projeto é a elaboração e entrega de um *checklist* a ser utilizado no Parque Estadual de Vila Velha (Pr), também poderá servir como referência para outros parques estaduais e municipais, por estar de acordo com a Legislação Brasileira e a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). Para tanto, fez-se uso de materiais correlatos, adaptação do *checklist* junto à norma NBR 9050/2004 (trata da acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos) e a NBR 313/2007 (elevadores de passageiros – requisitos de segurança para construção e instalação- Requisitos particulares para a acessibilidade das pessoas, incluindo as pessoas com deficiência), também será realizado pesquisa *in loco* e estudo de referencial bibliográfico.

¹ Bacharel em Turismo pela Faculdade Internacional de Curitiba (Facinter), cursa o MBA em Administração de Projetos pelo Instituto Brasileiro de Pós Graduação e Extensão (Ibpex).

² Mestra em Informática pela UFPR - Universidade Federal do Paraná (2009). Bacharela em Ciência da Computação pela UFV - Universidade Federal de Viçosa (2006) e em Comunicação Social (Jornalismo e Relações Públicas) pela FIC - Faculdades Integradas de Caratinga.

³ Doutorado em Engenharia - Universidade Federal do Paraná (2013). Especialização em Formação Pedagógica para Docentes - IFPR (2013). Graduando em Engenharia Industrial Madeireira - UFPR (2009). Mestrado em Engenharia Civil - Universidade Tecnológica Federal do Paraná (2010); Mestrado em Construção Civil - Universidade Federal do Paraná (2008) e Mestrado em Engenharia de Materiais - Universidade Tecnológica Federal do Paraná (2007). Graduação em Tecnologia em Construção Civil modalidade Concreto pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná (2003).

Palavras-chave: Turismo. Acessibilidade. Pessoas com Deficiência. Turismo Acessível. Turismo Inclusivo.

1 INTRODUÇÃO

Segundo o último censo demográfico apresentado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010), no Brasil existe mais de 190 milhões de habitantes.

De acordo com a ONU (2013):

“Cerca de 10% da população mundial, aproximadamente 650 milhões de pessoas, vivem com uma deficiência. São a maior minoria do mundo, e cerca de 80% dessas pessoas vivem em países em desenvolvimento. Entre as pessoas mais pobres do mundo, 20% têm algum tipo de deficiência. Mulheres e meninas com deficiência são particularmente vulneráveis a abusos. Pessoas com deficiência são mais propensas a serem vítimas de violência ou estupro, e têm menor probabilidade de obter ajuda da polícia, a proteção jurídica ou cuidados preventivos. Cerca de 30% dos meninos ou meninas de rua tem algum tipo de deficiência, e nos países em desenvolvimento, 90% das crianças com deficiência não frequentam a escola”.

Conforme apresentado na citação acima, observa-se que a maior concentração de pessoas com alguma deficiência, encontra-se nos países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento, percebe-se também que as pessoas com menor poder aquisitivo, possuem maior probabilidade de serem vítimas da violência, seja física ou sexual.

Assim como as pessoas sem deficiência, as pessoas com deficiência possuem desejos e necessidades. Estas necessidades diferem-se de pessoa para pessoa e ganha visibilidade no momento em que se deparam com elementos que se constituem de barreiras arquitetônicas, urbanística e ambiental⁴.

Para atenuar ou extinguir estas barreiras, é necessário ter um espaço acessível; entende-se por acessibilidade: “a possibilidade e condição de alcance, percepção e entendimento para utilização com segurança e

⁴ Barreira Arquitetônica, urbanística e ambiental: Qualquer elemento natural, instalado ou edificado que impeça a aproximação, transferência ou circulação no espaço, mobiliário ou equipamento urbano.

autonomia de edificações, espaço, mobiliário, equipamento urbano e elementos” (NBR9050/2004).

Muitas pessoas ao se deslocarem para um centro educacional, cultural, profissional, religioso ou de lazer não conseguem chegar a seu destino pelo fato de o local não ser acessível. Por exemplo, não tem guia rebaixada, rampa, sinalização em *braille*, intérprete de libras, elevadores sinalizados e atendimento pessoal ou assistido.

Desta forma, surgiu a motivação em desenvolver um *checklist* com base em modelos existentes e principalmente com uma adaptação que contemple e atenda a NBR 9050/2004, normativa que trata da acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamento urbanos, e a NBR 313/2007, que trata da acessibilidade dos elevadores.

Outro fator relevante pela escolha do parque Estadual de Vila Velha é a proximidade com Curitiba, a Capital do Estado do Paraná e por ser o mais novo atrativo turístico brasileiro a ser divulgado pelo governo federal aos turistas durante a Copa do Mundo 2014 (AGENCIAS DE NOTÍCIAS/PR, 2012).

Sendo assim, se faz necessário, estar preparado para receber este público diversificado e heterogêneo, incluindo as pessoas com deficiência. De acordo com Mendes e Rains (2012, p.2):

como estamos inseridos em relações sociais e dependemos delas para o desenvolvimento social, ao isolarmos grupos sociais que não nos pertençam ao que a maioria considera o ideal de produtividade e convivência, negamos essa inter-relação entre o homem e a sociedade.

Sob este viés, a segregação de pessoas com deficiência nos dias atuais é inaceitável e incabível, pois se trata de seres humanos, que tem seus direitos assegurados pela legislação brasileira, programas e resoluções específicas sobre o assunto.

Dentre elas pode-se destacar, por exemplo, a Declaração das Nações Unidas dos direitos das Pessoas Portadoras de Deficiência (Resolução nº 3447, de 9 de dezembro de 1975); as Normas Uniformes sobre Igualdade de Oportunidades para as Pessoas Portadoras de Deficiência (AG.48/96, de 20 de dezembro de 1993), (BRASIL, 2001).

As declarações no parágrafo acima reforçam o interesse em coibir e eliminar as discriminações contra as pessoas com deficiências e estão todas agrupadas no Decreto nº 3.956 de 2001.

A partir destas constatações, buscou-se apresentar um projeto de adaptação de acessibilidade no Parque Estadual de Vila Velha por meio da elaboração e avaliação de um *checklist*, tendo como base a NBR 9050/2004, utilizou-se de materiais correlatos, pesquisa *in loco* e referencial bibliográfico.

O *checklist* foi elaborado para verificar a situação atual da acessibilidade no Parque Estadual de Vila Velha, uma vez que não foi encontrado nenhum que contemplasse Parque Estadual.

A seção 2 apresentou Pessoas com Deficiência e Acessibilidade, por sua vez a seção 2.1 abordou o Turismo e as Pessoas com Deficiência, enquanto a seção, 2.2 fez uma breve abordagem sobre o Parque Estadual de Vila Velha e seus atrativos turísticos. A seção 2.3 apresentou Projeto Turístico voltado a Acessibilidade, a seção 2.4 apresentou os trabalhos correlatos. A seção 3.0 apresentou Materiais e Métodos, a seção 4.0 Desenvolvimento e 5.0 refere-se às considerações finais do trabalho.

REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

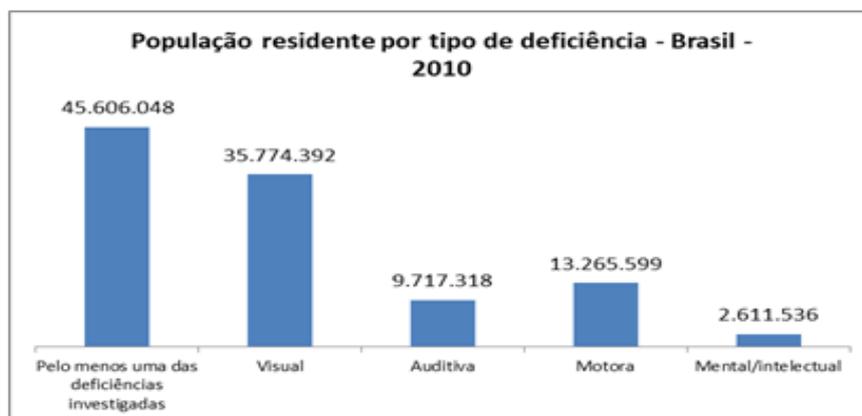
2 PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E ACESSIBILIDADE

Pessoas com deficiência “são aquelas que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual, ou sensorial, os quais, sem interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdades de condições com as demais pessoas” (ONU, 2013).

Ao falar de pessoas com deficiência, é relevante evidenciar a quantidade de pessoas, que trazem em sua característica algum tipo de deficiência, seja ela transitória ou permanente.

Com base no último censo demográfico apresentado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010) no Brasil existem mais de 190 milhões de habitantes, onde 45.606.048 de pessoas possui algum tipo de deficiência, dentre elas pode-se destacar: auditiva, dicção, intelectual, visual,

dentre outras, representando 23,91% de toda população, conforme ilustrado no quadro 1 abaixo, onde a maior concentração de pessoas com deficiência encontra-se na deficiência visual.



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

Nota: Algumas pessoas declararam possuir mais de um tipo de deficiência. Por isso, quando somadas as ocorrências de deficiências, o número é maior do que 45,6 milhões, que representa o número de pessoas, não de ocorrência de deficiência.

Conforme as informações retiradas do Censo Demográfico 2010, as deficiências supracitadas (Quadro 1) podem ser oriundas da própria genética da pessoa, ser identificada no período da gravidez, desnutrição, traumas e lesões, além das deficiências causadas por acidentes de trânsito que ultrapassam a quantidade de dois milhões de pessoas por ano (DENATRAN, 2012).

Dentre as deficiências identificadas acima, se sobressai a visual com mais de 35 milhões de pessoas (IBGE, 2010).

É possível visualizar no quadro 2 do IBGE a faixa etária em que está concentrado o maior grupo de pessoas com deficiência no Brasil. Observando-o é possível perceber que a maior concentração de pessoas com deficiência encontra-se na população idosa. Dos números quantificados acima 2.280.548 de pessoas representam o estado do Paraná.



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

Segundo Sasaki (1997, p.29) “o modelo médico da deficiência tem sido responsável, em parte, pela resistência da sociedade em aceitar a necessidade de mudar suas estruturas e atitudes”, por tratar, e se referir a pessoa com deficiência como doente.

Em um tempo não muito distante, as pessoas com deficiência eram vista perante um adulto sem deficiência e até mesmo pela sociedade como um ser incapaz (SASSAKI, 1997).

Sendo assim, era considerada até mesmo pela medicina como uma pessoa doente, acreditava-se que a pessoa não tinha condições ideais de viver em sociedade. Desta forma, concomitantemente, acabava sendo segregada a ficar em casa e sem o direito assegurado de seus momentos de lazer (SASSAKI, 1997).

Apesar de incipiente, hoje existem legislações específicas para a pessoa com deficiência, políticas públicas, normas e instituições não governamentais engajadas com a inclusão destas pessoas. Pode-se dizer que a pessoa com deficiência está conquistando seu espaço, visibilidade e respeito.

A partir de 2004, na Convenção Internacional para Proteção e Promoção dos Direitos e Dignidade das Pessoas com Deficiência, foram reformuladas as terminologias que trata da deficiência, pactuada entre todos os países membros, incluso o Brasil.

Até a década de 1980, as pessoas com deficiência eram conhecidas como: aleijado; defeituoso; incapacitado; inválido, ceguinho, surdo, criança excepcional (SASSAKI, 2003).

Em conformidade com as novas terminologias adotadas na Convenção, faz-se necessário destacar alguns conceitos corretos que faz alusão sobre deficiência.

Nestas reformulações de conceitos, houve o acréscimo da palavra pessoa, passando o vocábulo deficiente para a função de adjetivo, ficando da seguinte forma: pessoas com deficiência, pessoa cega, pessoa surda, surdocegueira, pessoa com síndrome de *Down*, pessoa com hanseníase, criança com deficiência intelectual, (SASSAKI, 2003).

Para que haja uma sociedade melhor e mais justa, faz-se necessário atentar para o uso das terminologias corretas, conforme descrito no parágrafo acima, desta forma, é possível evitar ofensas e discriminações às pessoas com deficiência e possibilitar a inclusão destas pessoas junto à sociedade.

De acordo com Silva e Gonçalves (2006, p.11) “a relevância deste tema se deve ao seu papel social e legal na inclusão de pessoas portadoras de necessidades especiais na vida profissional e social e, conseqüentemente, na atividade turística”.

Sob este viés, existe uma parcela significativa de pessoas que fazem ou desejam serem inseridas no turismo social, em especial as pessoas com deficiência (Geral).

No entanto, para existir este processo de inclusão é necessária maior mobilização e sensibilização tanto da iniciativa pública quanto a privada cumprindo a NBR9050/2004, norma relativa à acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamento urbanos, e a NBR 313/2007; trata de Elevadores de passageiros: Requisitos de segurança para construção e instalação e requisitos particulares para a acessibilidade das pessoas, incluindo pessoas com deficiência.

Entende-se por acessibilidade:

a condição para utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos serviços de transportes e dos dispositivos, sistemas de comunicação e informação, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida (Brasil, 2006).

Em outras palavras, significa proporcionar acesso às pessoas, como guias rebaixadas, rampas, sinalizações, elevadores adequados, além de remover as barreiras físicas (arquitetônica, urbanística e ambiental) e humanas.

A acessibilidade deve estar de acordo com o Design Universal, que “visa atender à maior gama de variações possíveis das características antropométricas e sensoriais da população (BRASIL, 2006)”, no entanto, o design universal deve ser pensado na parte inicial do projeto (planejamento), pois qualquer projeto realizado deve envolver o maior número de pessoas, dentre eles, os projetos turísticos. Quando um ambiente é construído sem acessibilidade, é necessário adaptá-lo para permitir acesso às pessoas com deficiência.

2.1 Turismo e as Pessoas com Deficiência

Em uma visão holística, o turismo propicia um grande estímulo para o deslocamento, pois supre as necessidades do ser humano de se locomover, visitar novas culturas, destinos (BARRETO,2003).

Segundo a Organização Mundial do Turismo (OMT) “o turismo compreende as atividades que realizam as pessoas durante suas viagens e estadas em lugares diferentes ao seu entorno habitual, por um período consecutivo inferior a um ano, com finalidade de lazer, negócios ou outras” (OMT, 2001, p. 38).

A cada dia, o turismo tem conquistado reconhecimento como uma atividade econômica possível de gerar riquezas e divisas, tanto para um país, quanto para o município (BRASIL, 2013).

Nesse contexto, a atividade turística pode ser analisada como uma oportunidade de alavancar o potencial turístico brasileiro no que tange os bens naturais e artificiais (construído pela ação do homem), ambientais, culturais, gastronômicos e sociais.

De acordo com o Jornal Gazeta do Povo (2013), no período de janeiro a novembro de 2012, os turistas injetaram US\$ 6,08 bilhões na economia nacional representando um aumento de 2,7% em relação ao ano anterior, no qual o montante chegou a 5,92 bilhões.

O aquecimento interno da economia nestes últimos anos, calcado nas atividades industriais, negócios e serviços, tem alavancado o desenvolvimento do turismo em vários segmentos (BRASIL, 2013). Desta forma, a cada ano verifica-se um aumento expressivo do fluxo de turistas interno e externo, conforme apresentado acima.

Dentre as inúmeras segmentações turísticas vale a pena ressaltar algumas que irão contribuir para melhor entendimento do conteúdo abordado.

SEGMENTAÇÕES	DEFINIÇÕES
Turismo de Lazer	Refere-se a atividades que as pessoas realizam quando não estão trabalhando, viagens para o descanso, diversão e desenvolvimento. P.10
Turismo de Eventos	É aquele feito por pessoas que visitam feiras e exposições. p.20
Turismo de Negócios	É a pessoa que viaja a negócios, por motivos profissionais, comporta-se como um turista, pois utiliza praticamente todos os serviços turísticos. p.21
Turismo Cultural	É aquele que tem como objetivo conhecer os bens materiais e imateriais produzidos pelo homem. p.22.

Quadro: 3. Segmentações de Turismo.

FONTE: Organização Própria, com base nos livros: Manual de Iniciação ao estudo do turismo (Barreto,2003) e Turismo de Entretenimento e Lazer (Moletta, 2003).

Conforme apresentado no quadro 3 acima, se os municípios brasileiros investirem em sua infraestrutura básica e também turística, a fim de dar suporte à população autóctone (local) e seus visitantes, podem encontrar no turismo uma fonte extra de renda.

Dentre as pessoas que usufruem da atividade turística por meio do deslocamento ou simplesmente utilizam seu tempo livre para conhecer outros destinos, existe uma parcela significativa de pessoas que não podem desfrutar dos mesmos benefícios, porque tanto a iniciativa pública quanto a privada não proporcionam esta inclusão.

De acordo com Mendes & Rains (2012, p. 4) “conhecer o seu público e adequar os serviços para que todas as necessidades sejam atendidas são iniciativas primordiais, básicas de profissão” do profissional de turismo, ou seja, é necessário oportunizar o acesso às pessoas junto ao atrativo a ser visitado.

Com base em Silva & Gonçalves (2006, p.11) “para que o turismo possa tornar-se mais inclusivo, faz-se necessária, inicialmente, uma transformação da consciência dos promotores desta atividade, para que, então, possa se pensar em transformações de ordem estrutural e física”.

Esta transformação deve ocorrer em todas as esferas; pública e privada, *trade* turístico (várias empresas que trabalham para ofertar produtos e serviços de turismo aos seus consumidores) e comunidade local, de forma que esta cadeia possibilite a inclusão. Silva & Bóia (2003, p.60) ressaltam que “a inclusão, em todos os setores da sociedade, significa que esta deve, além de garantir espaços adequados para todos, aceitar e valorizar a diversidade humana”.

Para Krippendorf (2001, p.136) “o turismo só terá futuro se caminhar na direção de um humanismo maior. O importante é reconhecer que o turismo deve servir ao homem, e não ao contrário”.

Ao analisar os argumentos acima, e/ou observar que a maioria das pessoas com deficiência saem acompanhadas de uma ou mais pessoas, sugere-se que empresários e governantes analisem com cuidado e respeito este público, ávidos por seus momentos de lazer e qualidade de vida, visto que também são pessoas consumidoras dos serviços prestados.

Caso o atrativo turístico não proporcione uma infraestrutura adequada, “não é apenas a pessoa com deficiência que deixa de viajar, mas sim toda a família [...], neste contexto, ao se conquistar um turista com deficiência, não é só ele que está se conquistando, mas também sua família ou grupo de amigos” (Silva & Gonçalves, 2006, p. 14).

Desta forma, todos acabam perdendo, o turista deixa de visitar e o Parque Estadual de Vila Velha por sua vez, deixa de faturar.

2.2 Parque Estadual de Vila Velha (PR)

O parque estadual de Vila Velha encontra-se localizado no segundo planalto paranaense, na região denominada Campos Gerais, município de Ponta Grossa (BRASIL, 2004, p.12).

“Vila Velha, uma área preservada e tombada pelo Patrimônio Histórico do Paraná em 18 de janeiro de 1966, é um desses fenômenos naturais em que

a interação com o homem foi, desde seus primórdios, de veneração e respeito”. (BRASIL, 2004, p.12).

Tal imponência, grandiosidade e beleza conquistaram os homens que por lá passaram e continuam até hoje atrair multidões, que se emocionam e despertam para a importância da natureza e da sua preservação. Por si só, essa formação mereceu ser tombada (BRASIL, 2004, p.12).

O tombamento tornou oficial o que já era consenso entre os habitantes da região: preservar essas belezas para que outros homens as desfrutassem; preservá-las para que a humanidade aprenda que nem tudo é imediato. Tombar significa sempre um compromisso do poder público com a comunidade em desenvolver um trabalho de parceria (BRASIL, 2004, p.12).

Atrativos Turísticos

Parque Estadual de Vila Velha compreende uma área com grande quantidade de belezas naturais, atraindo visitantes desde tempos remotos. Devido à sua grande extensão territorial, o Parque se demonstra propício às atividades de caminhadas em meio às trilhas existentes (Carpanezi & Campos 2011).

De acordo com os autores, as principais atrações são os Arenitos Vila Velha que apresentam diversas e curiosas formas. Esses arenitos de coloração avermelhada possui altura de até 30 metros.

A trilha dos Arenitos Vila Velha com 2.671m de extensão, grau de dificuldade leve, com tempo aproximado para o percurso de duas horas. Nesta trilha o visitante pode observar as geoformas do Arenito Vila Velha, a fauna e a flora locais, e interagir com o ambiente participando das dinâmicas de interpretação ambiental aplicadas pelos monitores. A Capacidade de suporte física da trilha conforme determinado no Plano de Manejo é de 815 pessoas por dia (Carpanezi & Campos 2011).

Outro atrativo significativo é o Arenito furnas, em forma de depressões circulares com diâmetro médio de 80m, paredes verticais atingindo profundidades de até 110m com lâmina de água de aproximadamente 50m.

As Furnas estão interconectadas pelo atual nível de água subterrânea, em torno da cota de 788m. A Lagoa Dourada, fuma em estágio terminal, com exuberante cristalinidade de suas águas e seus inúmeros cardumes de peixes

visíveis a olho, é um atrativo de relevância, que incrementa a visitação da área (Carpanezzi & Campos 2011).

2.3 Projeto turístico voltado a Acessibilidade

Com o advento da globalização, o consumidor passou a assumir um posicionamento ativo em suas aquisições, conseqüentemente começou a exigir maior qualidade e valor agregado na aquisição de um produto ou serviço.

Ao conceber um projeto de uso público, sugere-se na fase de iniciação; que ele envolva o maior número de pessoas beneficiadas. Mas afinal, o que vem a ser um projeto?

Um projeto é um esforço temporário empreendido para criar um produto, serviço ou resultado exclusivo. A sua natureza temporária indica um início e um término definido (PMI, 2008).

Por sua vez, Vargas (2009, p. 6) define um projeto como:

um empreendimento não repetitivo, caracterizado por uma sequência clara e lógica de eventos, com início, meio e fim que se destina a atingir um objetivo claro e definido, sendo conduzido por pessoas dentro de parâmetros predefinidos de tempo, custo, recursos envolvidos e qualidade.

As principais características dos projetos são: “temporariedade, empreendimento não repetitivo, sequência clara e lógica de eventos, início; meio e fim, objetivo claro e definidos além de ser conduzido pôr pessoas” (VARGAS, 2009).

Com base nas informações do autor, percebe-se que todo projeto possui uma duração finita, não pertence aos trabalhos rotineiros da empresa, suas atividades permitem o planejamento, execução e controle, tendo uma característica temporal, com metas e resultados definidos e sem a ação do homem todo e qualquer projeto não existe.

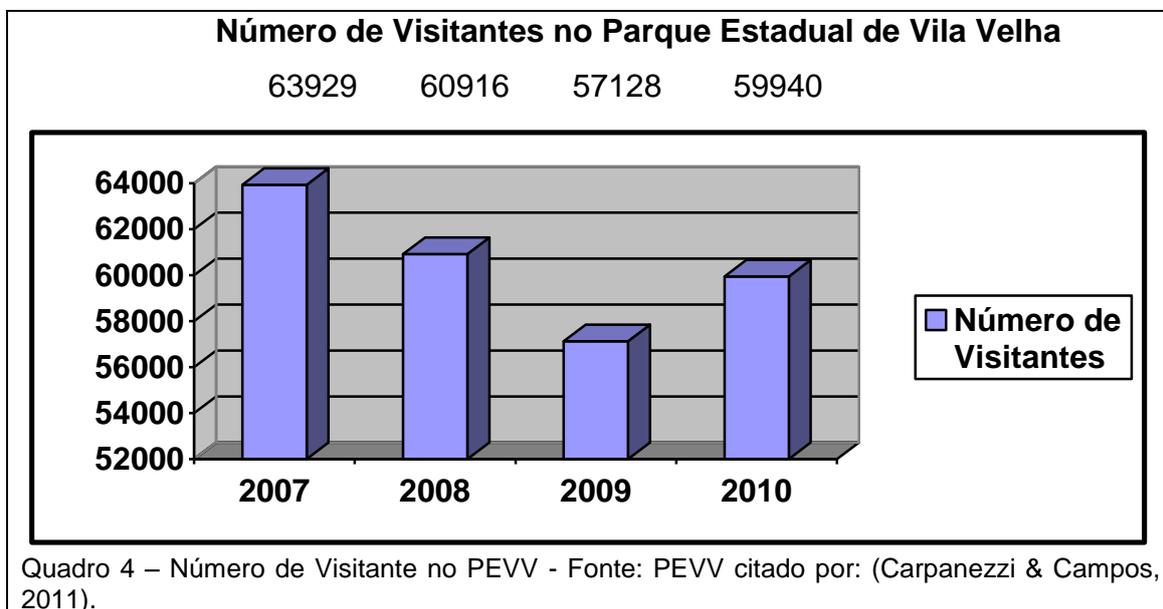
Uma ideia central na moderna administração de projetos é o fornecimento de um produto singular, também chamado entregável (ou *deliverable*), para um cliente (MAXIMIANO, 2010, p.6).

Mas como identificar se o projeto será bem sucedido? De acordo com Vargas (2009, p. 14) “um projeto bem sucedido é aquele que é realizado

conforme o planejado”, ou seja, está intimamente ligado às garantias de que atenderá os requisitos solicitados.

Então, se faz necessário detalhar o escopo do projeto. Para Maximiano (2010, p.51) “O detalhamento consiste em dividir o produto principal em partes administráveis. A estrutura analítica do projeto, ou lista de entregáveis representa a divisão do produto em entregáveis menores”. Para chegar a tal ponto é interessante divulgar os dados sobre o projeto:

Durante o período de 2007 a 2010 foram recebidos na unidade 241.913 visitantes, tendo uma média de 60.478 pessoas anual, conforme apresentado na figura 01, percebe-se um número maior de visitantes no ano de 2007.



A maior concentração destes visitantes teve origem no Estado do Paraná representando 65%, em seguida os demais estados brasileiros com 32% e apenas 3% de estrangeiros (Idem).

No quadro 5, encontram-se as receitas e despesas do Parque Estadual de Vila Velha no período de 2007 a 2010.

Demonstrativo de Visitantes, Arrecadação e Despesas.

Ano	Ingressos	Visitantes	Arrecadação	Despesas
2007	97.750	63.929	407.686,50	650.000,00
2008	91.949	60.916	449.006,00	665.000,00

2009	83.405	57.128	446.519,00	910.000,00
2010	88.627	59.940	448.438,00	990.000,00
Totais	361.731	241.913	1.751.649,50	3.215.000,00

Quadro 5 - Fonte: IAP/PEVV, citado por: (Carpanezi & Campos, 2011).

No quadro acima, é possível verificar a menor quantidade de visitantes (2009) e o maior volume de arrecadação em 2010, onde a soma de todo período alcançou uma quantidade de 241.913 visitantes e com uma arrecadação de R\$ 1.751.649,50.

2.4 Trabalhos Correlatos

Para elaboração do *checklist* proposto foram analisados os trabalhos abaixo e feito uma análise de seus objetivos, aplicações e limitações, a fim de justificar a elaboração de um novo *checklist* para que seja aplicável no Parque Estadual de Vila Velha e esteja de acordo com a norma NBR 9050/2004.

Foram encontrados na literatura alguns *checklists* para avaliação da acessibilidade em vários contextos, os quais serão descritos nesta seção explicitando seus objetivos, aplicações e limitações.

Checklist: CREA-RS.

O roteiro teve por base o questionário básico do Ministério Público de Minas Gerais e foi adaptado pelos profissionais do grupo de trabalho do CREA-RS. Elaborado com o objetivo de auxiliar na busca de obstáculos no ambiente edificado, desde o passeio público até o interior da sede da instituição, não teve a intenção de absorver todo o conteúdo da norma relativa à acessibilidade (NBR9050 e NBR13994).

Aponta as principais verificações a serem observadas em edificações, no sentido de assegurar fisicamente o uso e o acesso indiscriminado aos espaços condominiais e de uso público.

Pontos avaliados: calçadas, coletores, circulação externa, circulação interna, portas, superfície para refeições ou trabalho e balcões, bebedouro, circulação vertical e elevadores, plataforma elevatória, escadas, rampas,

rebaixamento de calçadas, corrimão e guarda-corpo, sanitários e vestiários, cinemas, teatros, auditórios e similares, estacionamento.

Não foram avaliados: Sinalização tátil, rota de fuga, alarme visual, área de descanso, sinalização de emergência (alarme sonoro e visual), vegetação, corredores e elevadores.

Checklist: Acessibilidade IFRS

Ao analisar a norma a instituição optou por dividir o *checklist* em 12 grupos, contemplando 102 perguntas fechadas (N/A, sim, não e parcialmente).

No grupo A ficaram: área livre para circulação e manobra de um cadeirante. Grupo B: Áreas de transferência e Corrimões. Grupo C: itens como Altura de interruptores, campainhas, tomadas, maçanetas. Grupo D: Informações visuais, textos e figuras, sinalização em degraus e escadas; nos estacionamentos e saídas de emergências. Grupo E: Tratam dos pisos e desníveis, capachos, carpetes e forrações, largura mínima das rampas, espelhos dos degraus, corrimões. Grupo F: Abordam os corredores, as portas de circulação interna, portas de sanitários, maçanetas de portas. Grupo G: Estacionamento e vaga reservada. Grupo H: Sanitário reservado para pessoas com deficiência, bacia sanitária, acionamento da descarga e lavatório. Grupo I: Auditório e assentos reservados. Grupo J: Refeitório. Grupo K: Portas de sanitários e vestiários. Grupo L: Entrada de alunos, salas de aula, biblioteca, balcões de atendimento da biblioteca, entrada principal da escola.

Não foram analisados: Sinalização tátil direcional, área de descanso, vegetação, elevadores, janelas, papeleiras, espelhos, bebedouros e telefones. Assuntos abordados superficialmente: Rotas de fuga, alarme visual, rampas.

Checklist: Tribunal de Contas da União

O objetivo da auditoria foi avaliar os edifícios utilizados por órgãos ou entidades do governo federal, bem como as condições de acessibilidade aos serviços por eles prestados.

Não foram avaliados as condições de acessibilidade urbanística, de transportes e dos sistemas e meios de comunicação de massa.

As análises desenvolvidas do trabalho demonstraram que as principais dificuldades encontradas para as ofertas de acessibilidade aos prédios e aos serviços da administração pública federal estão relacionadas a deficiências na implementação de políticas públicas destinadas a assegurar a acessibilidade; à incipiência dos controles instituídos sobre as condições dos imóveis utilizados pela administração; a falta de efetividade da fiscalização exercida pelas autoridades locais na liberação dos imóveis para uso; e, ainda, à multiplicidade de exigências para se assegurar a acessibilidade de forma integral.

Critérios = Como critério de auditoria destacam-se: em especial a norma NBR 9050, que trata da acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos, e a NBR 15599, que trata da acessibilidade na comunicação e na prestação de serviços.

O TCU não analisou o estacionamento, rota de fuga, área de descanso, sinalização de emergência, corredores, portas e janelas, papeleiras, espelhos, bebedouros e telefones.

Checklist: CREA/RN.

A presente cartilha de bolso contém as principais questões de acessibilidade e um respectivo *checklist*, numa ação educativa e preventiva, facilitando o acesso dos profissionais que atuam na área da construção civil, engenharia, arquitetura, dentre outros.

O presente *checklist* abordou: Calçadas, travessias e guias rebaixadas, sinalização vertical e horizontal, vegetação, sinalização tátil, corredores, portas, rampas, escadas, guarda-corpo, elevador, banheiros, bacia sanitária, espelho, toalheiro, barra de apoio, ambientação.

Deixou de informar: rota de fuga, área de descanso, sinalização de emergência, bebedouros, telefones e estacionamento – no entanto, não informou as medidas adequadas.

Checklist: Acessibilidade em Obras Públicas

Este trabalho tem como objetivo criar um documento, no formato de *checklist* para auxiliar na verificação dos projetos e também para ajudar na

fiscalização das obras de acessibilidade. Mostra também os tipos de acessibilidade e deficiência.

Analisou os seguintes itens: Calçada, árvores, guias rebaixadas, travessia elevada, estacionamento, circulação vertical, portas e janelas, sanitários, mobiliário interno e biblioteca.

Ficou de fora: rota de fuga, área de descanso, sinalização de emergência, corredores.

Algumas informações estão confusas e alguns dados (medição) equivocados de acordo com a norma NBR9050, no entanto, dentre os *checklists* analisados se destaca pela quantidade de itens abordados.

***Checklist*: Acessibilidade para as Pessoas com Deficiência e Inclusão Social no Turismo.**

Esta dissertação se propôs a realizar um levantamento de como estão se adaptando para a acessibilidade alguns destinos turísticos fora do Brasil e as políticas públicas brasileiras sobre acessibilidade.

Trouxe como um exemplo prático a cidade de Socorro (SP), que busca tornar a cidade acessível.

Dentre os itens sugeridos, encontra-se: Capacitação em Acessibilidade para Equipamentos Turísticos, Capacitação em Acessibilidade para Equipamentos de Apoio, Capacitação em Acessibilidade para atividades de Turismo de Aventura.

Não teve como critério a NBR 9050 em sua totalidade, tampouco foi aplicado um *checklist* para averiguar quais os atrativos são ou não acessíveis, utilizou para exemplificação o uso de imagens fotográficas.

3 MATERIAIS E MÉTODOS

O *checklist* foi elaborado considerando outros *checklists*, o levantamento foi realizado em um período de três meses, sendo de Junho a Agosto de 2013. Pesquisou-se e priorizou os *checklist* que informaram ter utilizado a norma NBR9050/2004.

Para a elaboração do *Checklist* baseou-se na referida norma citada acima. Quanto a sua aplicação serão utilizados os seguintes equipamentos: uma trena de 30 metros, um decibelímetro (medir a intensidade sonora em db), um Luxímetro (aparelho destinado a medir o nível de iluminação ou iluminância de uma superfície), tendo como unidade de medida o lux. Além do frequencímetro (frequência da luz), fita métrica para medir os milímetros e o uso de uma câmera para registro de imagens fotográficas.

4 DESENVOLVIMENTO

A pesquisa realizada fará uso de revisões bibliográficas, trabalhos correlatos, pesquisa *in loco*, registro de imagens fotográficas e avaliação dos resultados.

Para avaliar se o Parque Estadual de Vila Velha (PR) é acessível, foi elaborado um *checklist* de acordo com as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT): NBR9050/2004 que trata da Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. NBR 313/2007 aborda; Elevadores de passageiros: Elevadores para transporte de pessoa com deficiência, revisões bibliográficas de pesquisadores referência no assunto.

Com a elaboração do *Checklist* buscou-se averiguar se os espaços são acessíveis a todos os visitantes e na sequência serão analisados quais estavam de acordo com as normas mencionadas.

Dentre os itens que serão analisados destacam-se: Acessos (Condições gerais), estacionamento, Guias rebaixadas, sinalização tátil, rota de fuga, alarme visual, área de descanso, rampa, sinalização de emergência (alarme sonoro e visual), vegetação, corredores, elevadores, portas e janelas, sanitários, bibliotecas e centros de leitura, bebedouros e telefones públicos, ou seja, objetivou contemplar todos os itens descritos na norma NBR9050/2004, no entanto, é válido destacar que nem todas as informações se aplicam ao Parque Estadual de Vila Velha.

A aplicação do *checklist* no parque supracitado, contará com a participação de uma Especialista em Acessibilidade e a presença de um Doutor em Engenharia e Ciência dos Materiais.

Baseado no resultado do *checklist* será feito uma avaliação de usabilidade do Parque Estadual de Vila Velha e entregue um projeto indicando as necessidades de adaptação de acessibilidade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

REFERÊNCIAS

ABNT (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS). **NBR 9050/2004**. Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. Disponível em: http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/sites/default/files/arquivos/%5Bfield_generico_imagens-filefield-description%5D_24.pdf. Acessado em: 12 de Agosto de 2013.

_____. **NBR 313/2007**. Elevadores de Passageiros – Requisitos de segurança para construção e instalação – Requisitos particulares para a acessibilidade das pessoas, incluindo pessoas com deficiência. Disponível em: http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/sites/default/files/arquivos/%5Bfield_generico_imagens-filefield-description%5D_23.pdf. Acessado em 12 de Agosto de 2013.

ACESSIBILIDADE: **Projetando e Construindo Cidadania Cartilha de Bolso – Apoio CREA/RN**. Disponível em: http://www.crea-rn.org.br/arquivos/acesibilidade/cartilha-de-bolso_paginas-impares.pdf. Acessado em: 12 de Junho de 2013.

ACESSIBILIDADE. **Mobilidade Acessível na Cidade de São Paulo**. Publicação da Secretaria Municipal da Pessoa Com Deficiência e Mobilidade Reduzida (SMPED). Disponível em: http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/pessoa_com_deficiencia/parte1.pdf. Acessado em 14 de Junho de 2013.

AGÊNCIAS DE NOTÍCIAS PR. **Parque Estadual de Vila Velha é roteiro da Copa 2014**. Disponível em: [http://www.aen.pr.gov.br/modules/noticias/article.php?storyid=67307&tit=Parque e-Estadual-de-Vila-Velha-e-roteiro-da-Copa-2014](http://www.aen.pr.gov.br/modules/noticias/article.php?storyid=67307&tit=Parque%20Estadual-de-Vila-Velha-e-roteiro-da-Copa-2014). Acessado em: 12 de Agosto de 2013.

BARRETTO, Margarita. **Manual de Iniciação ao Estudo do Turismo**. Campinas, SP. Papirus, 2003.

BOSSONI. Ana Beatriz Natividade. **Acessibilidade em Obras Públicas**. Curitiba, PR. 2010. Disponível em: <http://dspace.c3sl.ufpr.br/dspace/bitstream/handle/1884/27687/BOSSINI,%20ANA%20BEATRIZ%20NATIVIDADE.pdf?sequence=1>. Acessado em 14 de Junho de 2013.

BRASIL. Ministério do Turismo. Secretaria Nacional de Políticas Públicas de Turismo. **Turismo e acessibilidade: manual de orientações**. 2ª Ed. – Brasília: Ministério do Turismo, 2006.

_____. Ministério do Turismo. **Turismo Acessível: Mapeamento e Planejamento do Turismo Acessível nos Destinos Turísticos**. Volume II. Brasília: Ministério do Turismo, 2009. Disponível em: http://www.turismo.gov.br/export/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/Cartilha2-Azul.pdf. Acessado em: 14 de Junho de 2013.

_____. **Lei Nº 11.044, de 24 de Dezembro de 2004**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2004/lei/L11044.htm. Acessado em: 09 de Março de 2013.

_____. **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência**. Brasília, 2007. Disponível em: www.portal.mec.gov.br. Acessado em: 12 de Agosto de 2013.

_____. **Estudo da Competitividade do Turismo Brasileiro**. Brasília: Ministério do Turismo. Disponível em: http://www.turismo.gov.br/export/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/SERVIXOS_DE_TURISMO_NO_BRASIL_AGxNCIAS_E_OPERADORAS.pdf. Acessado em: 21 de Março de 2013.

_____. **DECRETO Nº 3956, DE 8 DE OUTUBRO DE 2001**. Promulga a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2001/d3956.htm. Acessado em 15 de Julho de 2013.

_____. Denatran. **Semana Nacional de Trânsito 2012**. Disponível em: <http://www.denatran.gov.br/campanhas/semana/2012/snt2012.htm>. Acessado em: 16 de Julho de 2013.

_____.Presidente (2011 - :D.V. Rousseff). **Mensagem ao Congresso Nacional, 2013: 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura**. – Brasília: Presidência da República, 2013.

CHECKLIST. Acessibilidade IFRS de acordo com a NBR 9050/2004 – Disponível
em:http://www.ifrs.edu.br/site/midias/arquivos/2010461055217chekclist_acessibilidade.pdf. Acessado em 12 de Junho de 2013.

COLETÂNEA DE PESQUISAS: Parques Estaduais de Vila Velha, Cerrado e Guartelá/ Odete Terezinha Bertol Carpanezi, João Batista Campos, organizadores. Curitiba: IAP, 2011.

GAZETA DO POVO. Turistas estrangeiros devem deixar mais de US\$ 7 bilhões no Brasil em 2014. Disponível em:
<http://www.gazetadopovo.com.br/copa2014/conteudo.phtml?id=1335356&tit=Turistas-estrangeiros-devem-deixar-mais-de-US-7-bilhoes-no-Brasil-em-2014>.
Acessado em: 09 de Março de 2013.

IBGE (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA). Censo Demográfico 2010. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em 05 de fevereiro de 2013.

KRIPPENDORF, Jost. Sociologia do turismo: para uma nova compreensão do lazer e das viagens. São Paulo: Aleph, 2001.

MAXIMIANO, Antonio Cesar Amaru. Administração de projetos: como transformar ideias em resultados. 4ªed. – São Paulo: Atlas, 2010.

MENDES, Bruna de Castro; RAINS, Scott. Aprendendo pelos exemplos: casos práticos de Turismo Inclusivo. 5º Congresso Latino-Americano de Investigação Turística, Brasília, 2012.

MOLETTA, Vânia Beatriz Florentino. Turismo de Entretenimento e Lazer. Porto Alegre: Sebrae/RS, 2003.

OMT (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO). Introdução ao Turismo; traduzido por Dolores Martin Rodrigues Corner. São Paulo: Roca, 2001.

ONU (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS NO BRASIL). A ONU e as pessoas com deficiência. Disponível em: <http://www.onu.org.br/a-onu-em-acao/a-onu-e-as-pessoas-com-deficiencia/>. Acessado em 16 de julho de 2013.

PROJECT MANAGEMENT INSTITUTE (PMI). **A guide to the Project Management Body Of Knowledge (PMBOK Guide)**, 4ª Ed. Newton Square, PA: PMI, 2008.

ROTEIRO DE VISTORIA: **Acessibilidade a Edificações, Mobiliário, Espaços e equipamentos urbanos – CREA RS**. Disponível em: http://www.crea-rs.org.br/crea/pags/acessibilidade/roteiro_vistoria.pdf. Acessado em: 12 de Junho de 2013.

SÃO PAULO. (Cidade) Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência e Mobilidade Reduzida **ACESSIBILIDADE. Manual de instruções técnicas de acessibilidade para apoio ao projeto arquitetônico - Princípios básicos**. Diretrizes. *Checklist*, São Paulo: | SMPED, s.d.. Disponível em: http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/pessoa_com_deficiencia/manual%20acessibilidade.pdf. Acessado em 12 de Junho de 2013.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão: Construindo uma sociedade para todos**. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

_____. **Terminologia sobre deficiência na era da inclusão**. In: VIVARTA, Veet (Org.). *Mídia e Deficiência*. Brasília: Agência de Notícias dos Direitos da Infância /Fundação Banco do Brasil, 2003, p. 160-165. Disponível em: pt.extpdf.com/romeu-kazumi-pdf.html. Acessado em 12 de Junho de 2013.

SERPA, Ana Beatriz Borges. **Acessibilidade para Pessoas com Deficiência e Inclusão Social no Turismo: a Experiência da cidade de Socorro – SP**. Brasília: Centro de Excelência em Turismo: UnB, 2009.

SILVA, Yolanda Flores; Bóia, Yolanda Irene Keller. **Turismo e Responsabilidade Social – Uma Reflexão sobre os Direitos das Pessoas com Necessidades Especiais**. Disponível em: *Turismo Revista Visão e Ação* – Vol. 5 – nº 1 – p.53-65 Jan/abr. 2003.

SILVA, Yolanda Flores; GONÇALVES, Patrícia Spíndola. **A Estrutura Hoteleira de Balneário Camboriú para Turistas Portadores de Necessidades Especiais**. Disponível em: *Turismo Revista Visão e Ação* – vol. 8 nº 1 p.9-29 jan./abr.2006. Acessado em: 05 de fevereiro de 2013.

VARGAS, Ricardo Viana. **Gerenciamento de Projetos: estabelecendo diferenciais competitivos**/prefácio de Reeve Harold R. 7ª ed. – Rio de Janeiro: Brasport, 2009.

WERNECK, Cláudia. **Ninguém mais vai ser bonzinho, na sociedade inclusiva**. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

APÊNDICES

Checklist: Parque Estadual de Vila Velha (Pr).				
Descrição	Sim	Parcialmente	Não	N/A
Acessos - condições gerais				
Área de Circulação - Largura para deslocamento em linha reta de pessoas em cadeira de rodas possui 1,20 a 1,50m?				
Nas edificações e equipamentos urbanos todas as entradas são acessíveis?				
Na adaptação de edificações e equipamentos urbanos existentes possui previsto no mínimo um acesso vinculado através de rota acessível?				
Possui a sinalização informativa, indicativa e direcional da localização das entradas acessíveis?				
Estacionamento				
Possui: Vagas em Estacionamento: Até 10 -, De 11 a 100 = 1, Acima de 100: 1%?				
O percurso entre o estacionamento de veículos e a(s) entrada (s) principal (is) compõe de uma rota acessível?				
Quando da impraticabilidade de se executar rota acessível entre o estacionamento e as entradas acessíveis devem ser previstas				

vagas de estacionamento exclusivas para pessoas com deficiência, interligada à(s) entrada(s) através de rota(s) acessível(is). O Parque possui?				
Tem sinalização vertical para vagas em via pública, e para vagas fora de via pública?				
Conta com um espaço adicional de circulação com no mínimo 1,20 m de largura?				
Quando afastadas da faixa de travessia de pedestres, contém espaço adicional para circulação de cadeira de rodas?				
Guias Rebaixadas				
As calçadas estão rebaixadas junto às travessias de pedestres sinalizadas com ou sem faixa, com ou sem semáforo?				
Não deve haver desnível entre o término do rebaixamento da calçada e o leito carroçável.				
Os rebaixamentos de calçadas foram construídos na direção do fluxo de pedestres?				
Rebaixamento total da calçada em direção ao fluxo de pedestres com no mínimo de 0,80 m a 1,20 m de largura.				
A inclinação é constante e não superior a 8,33%?				
Sinalização tátil de alerta - tem a largura de 0,25 m a 0,60 m?				
Nos rebaixamentos de calçadas, quando houver sinalização tátil direcional, existe a sinalização de alerta?				
Os Desníveis de qualquer natureza são				

evitados em rotas acessíveis? Obs.: Eventuais desníveis de até 5 mm não demandam tratamento especial.				
Sinalização tátil direcional:				
Possui inclinação transversal da superfície de até 2% para pisos internos?				
A inclinação transversal da superfície é de até 3% para pisos externos e inclinação longitudinal máxima de 5%?				
Existe Piso tátil de alerta e o mesmo é cromodiferenciado ou está associado à faixa de cor contrastante?				
Existe Piso tátil direcional? Ou na ausência existe descontinuidade de linha-guia identificável, como guia de caminamento em ambientes internos e externos?				
Rota de fuga				
As rotas de fuga atendem o Caminho contínuo, devidamente protegido, proporcionado por portas, corredores, halls, passagens externas, balcões, vestíbulos, escadas, rampas ou outros dispositivos de saídas ou combinações destes, a ser percorrido pelo usuário?				
Quando em ambientes fechados, as rotas de fuga estão sinalizadas e iluminadas com dispositivos de balizamento?				
Quando as rotas de fuga incorporar escadas de emergência, existem áreas de resgate com espaço reservado e demarcado para o posicionamento de pessoas em cadeiras de				

rodas, mínimo 1,20 m?				
Alarme visual				
O primeiro e o último degrau de um lance de escada estão dispostos no mínimo 0,30 m da área de circulação adjacente e estão sinalizados?				
As escadas fixas possui no mínimo um patamar a cada 3,20 m de desnível sempre que houver mudança de direção?				
A inclinação transversal dos patamares não pode exceder 1% em escadas internas e 2% em escadas externas. Como estão no parque?				
Sinalização Tátil de Corrimãos - está instalado 1,00 m antes das extremidades?				
Sinalização tátil no piso - está chanfrado e não excede 2mm?				
Sinalização tátil no piso - quando integradas, não deve haver desnível?				
Sinalização tátil de alerta - estão instaladas no início e término de escadas fixas, rolantes e rampas, em cor contrastante com a do piso, com a largura de 0,25 m a 0,60 m, afastada de 0,32 m no máximo do ponto onde ocorre a mudança de plano?				
Os itens abaixo fazem parte de alarme visual?				
Os corrimãos estão instalados em ambos os lados dos degraus isolados, das escadas fixas e das rampas?				
Os corrimãos intermediários se interrompidos possui o comprimento do				

patamar for superior a 1,40 m, garante o espaçamento mínimo de 0,80 m entre o término de um segmento e o início do seguinte?				
Calçadas, passeios e vias exclusivas de pedestres incorporam a faixa livre com largura mínima recomendável de 1,50 m, sendo o mínimo admissível de 1,20 m e altura mínima de 2,10 m?				
Área de Descanso				
Possui uma área de descanso, fora da faixa de circulação, a cada 50 m para piso com até 3% de inclinação?				
Ou a cada 30 m possui uma área de descanso para piso de 3% a 5% de inclinação?				
Rampa				
Desníveis superiores a 5 mm até 15 mm devem ser tratados de forma como rampa.				
Para inclinação entre 6,25% e 8,33% existe áreas de descanso a cada 50 m de percurso?				
A inclinação transversal excede 2% em rampas internas e 3% em rampas externas?				
Sinalização Tátil de Corrimãos – Possui anel com textura contrastante com a superfície do corrimão e está instalado 1,00 m antes das extremidades?				
Sinalização Tátil de Corrimãos – Existe Sinalização em Braille no início e no final das escadas fixas e rampas?				

A projeção dos corrimãos atende a largura mínima admissível da rampa em até 10 cm de cada lado?				
A largura livre atende a mínima de 1,50 m, sendo o mínimo admissível 1,20 m?				
Quando não houver paredes laterais as rampas incorporam guias de balizamento com altura mínima de 0,05 m, instaladas ou construídas nos limites da largura da rampa e na projeção dos guarda-corpos?				
Para rampas em curva a inclinação máxima é de 8,33% e o raio mínimo de 3,00 m?				
No início e no término da rampa existem patamares com dimensão longitudinal de 1,50 m, ou o mínimo admissível 1,20 m?				
Entre os segmentos de rampa existem patamares com dimensão longitudinal mínima de 1,20 m?				
Sinalização de Emergência				
Alarme Sonoro				
Tem intensidade e frequência entre 540 Hz e 3 000 Hz?				
A frequência é variável alternadamente entre som grave e agudo?				
Intermitência é de 1 a 3 vezes por segundo?				
Intensidade atinge no mínimo de 15 dBA superior ao ruído médio do local ou 5 dBA acima do ruído máximo do local?				
Nota: Recomenda-se adotar em ambientes internos valores entre 35 dBA e 40 dBA e em ambientes externos 60 dBA a 80dBA.				

Alarme Visual				
Possui aparência intermitente?				
Existe Luz de xenônio de efeito estroboscópio ou equivalente?				
A intensidade mínima é de 75 candelas?				
Taxa de flash está entre 1 Hz e 5 Hz?				
A instalação está a uma altura superior a 2,20 m acima do piso, ou 0,15 m inferior em relação ao teto mais baixo?				
Vegetação				
Os elementos da vegetação tais como ramos pendentes, plantas entouceiradas, galhos de arbustos e de árvores estão interferindo a faixa livre de circulação?				
Muretas, orlas grades ou desníveis no entorno da vegetação estão interferindo a faixa livre de circulação?				
Nas áreas adjacentes à rota acessível existem: plantas adotadas de espinhos; produtoras de substâncias tóxicas; invasivas com manutenção constante; que desprendam muitas folhas, flores e frutos que tornem o piso escorregadio; cujas raízes possam danificar o pavimento?				
Corredores				
Os corredores estão dimensionados de acordo com o fluxo de pessoas, assegurando uma faixa livre de barreiras e obstáculos?				
Sendo: 0,90 m para corredores de uso				

comum com extensão de até 4,00 m?				
1,20 m para corredores de uso comum com extensão de até 10,00 m; e 1,50 m para corredores com extensão superior a 10,00 m?				
1,50 m para corredores de uso público?				
Para transposição de obstáculos, objetos e elementos com no máximo 0,40 m de extensão, a largura mínima do corredor é de 0,80 m?				
Elevadores				
Externamente ao elevador existe sinalização tátil e visual informando: Instrução de uso, fixada próximo a botoeira, indicação da posição para embarque, indicação dos pavimentos atendidos?				
A sinalização tátil de alerta está instalada junto às portas dos elevadores, em cor contrastante com a do piso, com largura entre 0,25 m a 0,60 m, afastada de 0,32 m no máximo da alvenaria?				
Possui a instalação de um corrimão localizado nos painéis laterais e no fundo?				
O corrimão tem uma seção transversal entre 30 mm e 45 mm, com um raio mínimo de 5mm?				
A altura da parte superior do corrimão está entre 875 mm +- 25 mm do piso acabado e ter contraste com os painéis de cabina?				
Existe um dispositivo que permita ao usuário de cadeira de rodas observar obstáculos quando mover-se para trás ao sair do				

elevador?				
Possui Botoeiras da Cabine - botão para cada pavimento: identificado com os símbolos -2, -1, 0, 1, 2?				
A Área da parte ativa dos botões é de no mínimo 360 mm ² ?				
A dimensão da parte ativa dos botões: permite a inscrição de um círculo com diâmetro de no mínimo 19 mm?				
Força de ativação: 2,5 N a 5,0 N?				
Altura do símbolo em relevo 15 mm a 40 mm?				
Altura do relevo – mínimo de 0,8 mm?				
Distância entre partes ativas dos botões de chamadas – mínimo de 10 mm?				
Altura entre o nível do piso acabado e a linha de centro do botão mais alto – Mínimo de 900 mm e máximo 1300 mm?				
Sinalização dos Pavimentos – Um sinal audível no andar indica a chegada da cabina, o mais tardar, quando for iniciada a abertura das portas?				
Um indicador de sentido luminoso foi colocado acima ou perto das portas, em posição visível e indicar o sentido da viagem?				
Este indicador esta localizado entre 1,80m e 2,50m acima do piso e com ângulo de 140° como mínimo?				
Um sinal audível acompanha a iluminação dos indicadores?				
Os Sons audíveis utilizam sons diferentes para subir e descer, sendo um para subir e				

dois sons para descer?				
O dispositivo de alarme de emergência deve ser equipado com sinais visíveis e audíveis, integrados à ou sobre a botoeira, consistindo de:				
Contém um pictograma luminoso de cor amarela além do sinal audível para a transmissão do alarme de emergência para indicar que o alarme foi acionado?				
Contém um pictograma luminoso de cor verde além do sinal audível requerido normalmente (sinal de voz), para indicar que o alarme/chamada de emergência foi registrado?				
O sinal audível (sinal de voz) tem um nível sonoro entre 35 dB(A) e 65 dB(A), ajustável para se adequar às condições do local?				
Portas e Janelas				
Portas				
As portas, inclusive de elevadores, estão em um vão livre mínimo de 0,80 m e altura mínima de 2,10 m?				
As portas tem condições de serem abertas com um único movimento e suas maçanetas devem ser do tipo alavanca, instaladas a uma altura entre 0,90 m e 1,10 m?				
As portas tem um puxador horizontal, associado à maçaneta. Deve estar localizado a uma distância de 10 cm da face onde se encontra a dobradiça e com comprimento igual à metade da largura da porta?				
Existe informação visual (número da sala,				

função), área 1,40 m a 1,60 m do piso?				
A sinalização tátil (Em braile ou texto em relevo) está instalada nos batentes ou vedos adjacentes (parede, divisória ou painel), no lado onde estiver a maçaneta?				
Janelas				
A altura das janelas considera os limites de alcance visual?				
Cada folha ou módulo da janela operada com um único movimento, utilizando apenas uma das mãos?				
Peitoral Máximo tem 1,15m?				
Maçaneta tipo alavanca está entre 0,60m e 1,20m do piso?				
Cada folha abre usando apenas uma das mãos?				
Sanitários				
Os sanitários estão localizados em rotas acessíveis, próximos a circulação principal ou preferencialmente próxima ou integrada às demais instalações sanitárias e estão devidamente sinalizados?				
Quantificação - Tem no mínimo 5% do total de cada peça instalada acessível, respeitada no mínimo uma de cada?				
Localização das barras: junto à bacia sanitária, na lateral e no fundo, foram colocadas barras horizontais para apoio e transferência, comprimento mínimo 0,80 m, a 0,75 m de altura do piso acabado?				
A distância entre o eixo da bacia e a face da				

barra lateral ao vaso é de 0,40 m, estando esta posicionada a uma distância mínima de 0,50 m da borda frontal da bacia?				
Bacia Sanitária				
Para instalação de bacias sanitárias existe áreas de transferência lateral, perpendicular e diagonal?				
As bacias sanitárias estão a uma altura entre 0,43 m e 0,45 m do piso acabado, sem o assento? Com o assento está no máximo 0,46 m?				
O acionamento da descarga está a uma altura de 1,00 m do seu eixo ao piso acabado?				
Os boxes para bacia sanitária garantem as áreas para transferência diagonal, lateral e perpendicular, bem como área de manobra para rotação de 180° - 1,50 m x 1,20 m?				
Lavatório				
Os lavatórios são suspensos, sendo que sua borda superior deve estar a uma altura de 0,78 m a 0,80 m do piso acabado e respeitando altura livre mínima de 0,73 na sua parte inferior frontal?				
O sifão e a tubulação estão situados a no mínimo 0,25 m da face externa frontal e tem dispositivo de proteção do tipo coluna suspensa ou similar?				
As torneiras de lavatórios são acionadas por alavanca, sensor eletrônico ou dispositivo equivalente?				

Existem barras de apoio junto ao lavatório, na altura do mesmo?				
Mictório				
Os mictórios suspensos estão localizados a uma altura de 0,60 m a 0,65 m da borda frontal ao piso acabado?				
O acionamento da descarga, quando houver, deve estar a uma altura de 1,00 m do seu eixo ao piso acabado?				
É possível acionar a descarga com uma leve pressão?				
O mictório é provido de barras verticais de apoio, fixadas com afastamento de 0,60 m, centralizado pelo eixo da peça, a uma altura de 0,75 m do piso acabado e comprimento mínimo de 0,70 m?				
Papeleiras				
As papeleiras embutidas ou que avançam até 0,10 m em relação à parede está localizada a uma altura de 0,50 m a 0,60 m do piso acabado e a distância máxima de 0,15 m da borda frontal da bacia?				
No caso de papeleiras que não atendam as dimensões, estão alinhadas com a borda frontal da bacia e o acesso ao papel deve estar entre 1,00 m e 1,20 m do piso acabado?				
Espelhos				
Quando o espelho for instalado em posição vertical, a altura da borda inferior contempla				

no máximo 0,90 m e a borda superior de no mínimo 1,80 m do piso acabado?				
Quando o espelho for inclinado em relação a 10° em relação ao plano vertical, a altura da borda inferior está no máximo 1,10 m e a borda superior de no mínimo 1,80 m do piso acabado?				
Bens Tombados				
No caso de sítios considerados inacessíveis ou com visitação restrita, oferecem mapas, maquetes, peças de acervos originais ou suas cópias, sempre proporcionando a possibilidade de serem tocados para compreensão tátil?				
Parques, praças e locais turísticos				
Sempre que os parques, praças e locais turísticos admitirem pavimentação, mobiliário ou equipamentos edificados ou montados, estão acessíveis?				
Nos locais onde as características ambientais sejam legalmente preservadas, buscou o máximo grau de acessibilidade com mínima intervenção no meio ambiente?				
Bibliotecas e Centros de leituras				
Nas bibliotecas e centros de leitura, os locais de pesquisa, fichários, salas de estudo e leitura, terminais de consulta, balcões de atendimento e áreas de convivência são acessíveis?				
Pelo menos 5%, com um mínimo de uma das mesas são acessíveis?				

A distância entre estantes de livros é de no mínimo 0,90 m de largura?				
Nos corredores entre as estantes, a cada 15 m, existe um espaço que permita a manobra da cadeira de rodas? Recomenda-se a rotação de 180°				
A altura dos fichários atendem às faixas de alcance manual e parâmetros visuais?				
A biblioteca possui publicações em Braille, ou outros recursos audiovisuais?				
Bebedouros				
Existem 50% de bebedouros acessíveis por pavimento, respeitando o mínimo de um? e estão localizados em rotas acessíveis?				
A bica está localizada no lado frontal do bebedouro? Possui altura de 0,90 m e permite a utilização por meio de copo?				
Os controles estão localizados na frente do bebedouro ou na lateral próximo a borda frontal?				
O bebedouro acessível possui altura livre inferior de no mínimo 0,73 m do piso?				
O acionamento de bebedouro do tipo garrafão, filtros com célula fotoelétrica ou outros modelos, assim como o manuseio dos copos, estão posicionados na altura entre 0,80 m e 1,20 m do piso acabado? E localizados a permitir a aproximação lateral?				
Quando houver copos descartáveis, o local para retirada deles está a uma altura de no máximo 1,20 m do piso?				

Telefones				
Em espaços externos, pelo menos 5% dos telefones, com no mínimo um do total de telefones, são acessíveis?				
Em espaços externos, pelo menos 5% dos telefones, com no mínimo um, dispõe de amplificador de sinal?				
Em edificações de grande porte e equipamentos urbanos, foi instalado pelo menos um telefone por pavimento que transmita mensagens de texto (TDD)?				
A parte operacional superior do telefone acessível para P.C.R está à altura de no máximo 1,20 m?				
O telefone instalado é suspenso com altura livre inferior de no mínimo 0,73 m do piso acabado?				
O comprimento do fio do fone do telefone acessível para P.C.R. tem no mínimo 0,75 m?				

Fonte: Organização Própria, com base nas Normas: NBR 9050/2004 e 313/2007.